SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Portaria n.º 183/74

de 6 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, com fundamento no n.º 1 e sua alínea c) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, efectuar as seguintes transferências de verbas nos Ministérios abaixo designados:

Capítulos	Artigos	Números	Alineas	Rubricas	Reforços ou inscrições	Anulações																								
2.º	68.º	1	1	<p>Encargos Gerais da Nação</p> <p>Vencimentos e salários: Vencimentos: Pessoal dos quadros aprovados por lei: (Durante onze meses):</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Categorias</th> <th>Vencimento individual</th> <th>Total por classes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="3">Supremo Tribunal Administrativo</td> </tr> <tr> <td>3 conselheiros</td> <td>202 400\$00</td> <td>607 200\$00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Secretaria</td> </tr> <tr> <td>1 ajudante de escrivão</td> <td>40 700\$00</td> <td>40 700\$00</td> </tr> <tr> <td>1 escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe ...</td> <td>34 100\$00</td> <td>34 100\$00</td> </tr> <tr> <td>2 escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe</td> <td>29 700\$00</td> <td>59 400\$00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>741 400\$00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Gratificações certas e permanentes</p>	Categorias	Vencimento individual	Total por classes	Supremo Tribunal Administrativo			3 conselheiros	202 400\$00	607 200\$00	Secretaria			1 ajudante de escrivão	40 700\$00	40 700\$00	1 escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe ...	34 100\$00	34 100\$00	2 escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	29 700\$00	59 400\$00			741 400\$00	741 400\$00	-\$
Categorias	Vencimento individual	Total por classes																												
Supremo Tribunal Administrativo																														
3 conselheiros	202 400\$00	607 200\$00																												
Secretaria																														
1 ajudante de escrivão	40 700\$00	40 700\$00																												
1 escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe ...	34 100\$00	34 100\$00																												
2 escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	29 700\$00	59 400\$00																												
		741 400\$00																												
	89.º-A				18 000\$00	-\$																								
					759 400\$00	-\$																								
				<p>Ministério das Finanças</p> <p>Secretaria de Estado do Tesouro</p> <p>Encargos de empréstimos a realizar</p>	-\$	759 400\$00																								
				<p>Ministério das Obras Públicas</p> <p>Bens duradouros: Outros bens duradouros: Teatro Nacional de D. Maria II</p>	3 569 140\$80	-\$																								
	84.º	2	3	Investimentos: Edifícios: Serviços culturais	-\$	3 569 140\$80																								
	101.º	3	2	Bens duradouros: Outros bens duradouros: Administração — Outros órgãos	300 000\$00	-\$																								
	106.º	1	3	Investimentos: Maquinaria e equipamento: Administração — Outros órgãos	-\$	300 000\$00																								
					3 869 140\$80	3 869 140\$80																								
					4 628 540\$80	4 628 540\$80																								

Alteração de rubrica:

No quadro do pessoal afecto à rubrica descrita no capítulo 2.º, artigo 68.º, n.º 1, alínea 1 «Pessoal dos quadros aprovados por lei», do vigente orçamento de Encargos Gerais da Nação, a descrição «1 conselheiro suplente» é alterada para «1 conselheiro».

Ministério das Finanças, 20 de Fevereiro de 1974. — Pelo Ministro das Finanças, *Augusto Victor Coelho*, Secretário de Estado do Orçamento.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 88/74

de 6 de Março

O esforço de defesa do ultramar vem exigindo, sobretudo a partir de 1961, um crescente apoio de ser-

viços dos órgãos da metrópole, quer em relação às forças em operações, quer aos efectivos em instrução. Este apoio vem sendo feito com base no pessoal previsto nos quadros aprovados por lei, que se mantêm sem alterações sensíveis desde 1937. Este pessoal tem-se revelado insuficiente, exigindo a revisão dos referidos quadros e da organização territorial.

Urge, porém, solucionar a situação paradoxal de sargentos. Efectivamente, em alguns quadros, caso dos

serviços de saúde e de administração militar, a sua manifesta exiguidade não permite a absorção dos supranumerários e, por maioria da razão, o ingresso de candidatos já aprovados ou aguardando concurso, enquanto noutros quadros há numerosas vagas por falta de candidatos ao ingresso no quadro permanente.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos quadros aprovados por lei de furiéis, segundos-sargentos e primeiros-sargentos do Exército são abatidos os seguintes quantitativos:

Infantaria	150
Artilharia	75
Cavalaria	25
Serviço geral do Exército	150

Art. 2.º Os quantitativos referidos no artigo 1.º reverterem em globo para as diversas armas e serviços, sendo a respectiva distribuição fixada, semestralmente, por despacho do Ministro do Exército, tendo em vista as necessidades de serviço que na altura se verificarem.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias — Alberto de Andrade e Silva.*

Promulgado em 20 de Fevereiro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 184/74

de 6 de Março

Tornando-se necessário passar ao estado de desarmamento o navio-patrolha *Maio*:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, de acordo com o estabelecido no Decreto n.º 42 173, de 4 de Março de 1959:

1. Passar ao estado de desarmamento o navio-patrolha *Maio*, a partir de 28 de Fevereiro de 1974.

2. Fixar para o mesmo navio a lotação especial anexa à presente portaria.

Ministério da Marinha, 25 de Fevereiro de 1974. — O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo.*

Anexo a que se refere a Portaria n.º 184/74, de 6 de Março

Lotação especial do navio-patrolha «Maio»

Oficiais

Serviço geral:

Primeiro-tenente (a) 1

Equipagem

Artilheiros:	
Segundo-sargento	1
Marinheiros	2
Artífice condutor de máquinas:	
Segundo-sargento	1
Condutores de máquinas:	
Cabo	1
Marinheiros	2
Radiotelegrafista:	
Marinheiro	1
Radarista:	
Marinheiro	1
Electricista:	
Marinheiro	1
Torpedeiros-detectores:	
Marinheiros	2
Manobra:	
Segundo-sargento	1
Marinheiro	1
Sinaleiro:	
Marinheiro	1
Abastecimento:	
Marinheiros	2
Taifa:	
Marinheiro TFD	1
	<hr/>
	18

(a) Acumula com as funções que desempenha na Base Naval de Lisboa.

Nota. — Os efectivos desta lotação serão progressivamente reduzidos do pessoal que se for tornando desnecessário.

O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, o Governo das Baamas depositou, em 29 de Novembro de 1973, o instrumento de adesão à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, assinada em Washington em 11 de Outubro de 1947.

A Convenção entrou em vigor, em relação ao referido país, em 29 de Dezembro de 1973.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 23 de Fevereiro de 1974. — O Adjunto do Director-Geral, *Luiz Alberto de Vasconcelos Gois Fernandes Figueira.*